



Modelos de avaliação por pares no Portal de Periódicos da Universidade Federal do Maranhão: práticas editoriais e perspectivas para a avaliação aberta

Peer review models in the Journal Portal of the Federal University of Maranhão, Brazil: editorial practices and perspectives for the open review

Claudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro 

Doutora em Ciência da Educação
Universidade Federal do Maranhão, Brasil
clpecegueiro@gmail.com

Mayara Reis Castro 

Graduada em Biblioteconomia
Instituição a que se encontra vinculado, Brasil
mayara.castro@discente.ufma.br

Resumo

Objetiva-se, de forma geral, investigar os padrões de avaliação por pares (*peer review*) adotados pelos periódicos indexados no Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Trata-se de pesquisa descritiva mediante o emprego de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. O *corpus* de análise incorpora 29 títulos de periódicos do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA, ano de 2023, com seus respectivos editores. A coleta de dados se dá, de início com a análise dos títulos e, posteriormente, com a aplicação de questionário junto aos editores, por meio do google formulários, entre janeiro e maio de 2023. Tem-se, portanto, uma análise qualitativa, uma vez que, ao lado da coleta de dados quantitativos, discutem-se as falas dos editores. A análise dos resultados permite inferir que, dentre os modelos de avaliação por pares no PPE / UFMA, prevalece a *double blind review* (27 = 93,10%), quando a identidade de autores e *referees* é totalmente desconhecida, concorrendo, pois, para pareceres mais fidedignos. Dentre os nove editores respondentes, embora a maioria (89,89%) afirme conhecer a AA, a predisposição em adotá-la parece distante (2,22%), o que requer discussão e medidas efetivas de por parte dos envolvidos com o Portal e dos que integram a Administração Superior das Universidades.

Palavras-chave: avaliação por pares; avaliação de artigos científicos; Portal de Periódicos – Universidade Federal do Maranhão; Portal de Periódicos – UFMA.

Abstract

The general objective is to investigate the peer review standards (peer review) adopted by the journals indexed in the Electronic Journals Portal of the Federal University of Maranhão (UFMA). This study is configured as descriptive research using bibliographic and documentary research techniques. The analysis corpus incorporates 29 journal titles from the UFMA Electronic Journals Portal, year 2023, with their respective editors. Data collection begins with the analysis of titles and, subsequently, with the application of a questionnaire to editors, through Google Forms, between January and May 2023. Therefore, there is a qualitative-quantitative analysis, since, alongside the collection of quantitative data, the editors' statements are discussed. The analysis of the results allows us to infer that, among the peer review models in the Electronic Journals Portal of the Federal



doi: [10.28998/cirev.2026v13e18484](https://doi.org/10.28998/cirev.2026v13e18484)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 11/11/2024

Aceito em: 19/12/2025

Publicado em: 23/01/2026

University of Maranhão, double blind review prevails (27 = 93.10%), when the identity of authors and referees is completely unknown, thus contributing to more reliable opinions. Among the nine responding editors, although the majority (89.89%) claim to be familiar with OA, the willingness to adopt it seems distant (2.22%), which requires discussion and effective measures on the part of those involved with the Portal and those who are part of the Higher Administration of the Universities.

Keywords: *peer review; evaluation of scientific articles; periodical Portal – Federal University of Maranhão, Maranhão – Brazil; Periodical Portal – UFMA.*

1 INTRODUÇÃO

A evolução histórica do formato *on-line* dos periódicos transformou a forma de acesso a esses documentos e a identidade das bibliotecas físicas tradicionais, até então, com acervos majoritariamente impressos, no momento em que estas passam a disponibilizar informações através das chamadas Bibliotecas Digitais e Bases de Dados. Como decorrência, frente aos novos suportes informacionais, o profissional bibliotecário enfrenta a transição do suporte físico para o digital, assegurando maior disseminação dos conhecimentos e, portanto, diversificação mais acentuada de serviços e produtos inovadores da biblioteca em sua função de entidade essencialmente social.

Em meio a tais mudanças, a introdução do Portal de Periódicos Eletrônicos (PPE), em especial, nas instituições de ensino superior (IES), públicas e privadas, configura-se como um dos principais meios de organização do conhecimento científico e tecnológico, ao integrar títulos de periódicos científicos. Estes visam tanto ao compartilhamento de informações quanto à facilidade de acesso ao material *on-line*. Em tal formato, o trabalho da equipe editorial é fundamental para a organização e a consequente disseminação de informações e conhecimentos, uma vez que, através da leitura técnica e da filtragem dos dados de cada artigo divulgado, é possível a revisão ortográfica e a obediência às normas técnicas de editoração (responsabilidade essencial dos autores), seguidas da aprovação pelos pares e da publicação (responsabilidade essencial do Corpo Editorial), alimentando, pois, os diferentes portais institucionais, o que equivale à possibilidade de acesso rápido e preciso de novos conhecimentos e, portanto, do avanço da ciência e tecnologia (C&T).

No caso, a pesquisa empreendida versa sobre os padrões de avaliação por pares adotados pelos periódicos indexados no Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) mediante a consecução dos seguintes objetivos específicos: (a) descrever o Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade em discussão (PPE / UFMA); (b) mapear os periódicos do referido Portal; (c) caracterizar os editores quanto a seu perfil e a seu entendimento sobre Avaliação Aberta e, também, a seu interesse em adotar o modelo de AA, em meio a outras modalidades de avaliação, a saber: avaliação simples-cego, avaliação duplo-cego, avaliação triplo-cego.

Assim sendo, afirma-se que o estudo ora apresentado mantém relevância teórica e prática. A primeira consiste em apresentar e explicar os métodos de avaliação científica entre os pares ora predominantes e suas características, conforme referencial teórico. A segunda, na perspectiva prática, diz respeito à descrição do PPE / UFMA até a caracterização do perfil dos editores e de seu interesse na Avaliação Aberta.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão por pares é a principal fonte de credibilidade documental, como o clássico estudioso da comunicação, Jack Meadows (1999, p. 6) descreve, ainda no século 17, ao tratar dos trabalhos da publicação *Philosophical Transactions* da *Royal Society*, aprovados pelo Corpo Editorial após a revisão por parte de alguns membros da Sociedade. Com o tempo, os procedimentos para julgamento de opinião em relação à C&T e à avaliação científica vêm se modificando mais e mais. Em termos históricos, o julgamento por pares tem sua origem nas ditas sociedades ou academias científicas, instituídas, sobretudo, no continente europeu, quando os intelectuais se reuniam para debater coletivamente as descobertas científicas. Isto deu lugar à tradição que persiste até a atualidade. Aos pares, reconhecidamente experientes e com formação adequada, compete emitir opinião consistente e confiável acerca de textos produzidos por outros pesquisadores e cientistas. São duas categorias – produtores e avaliadores – que, no dia a dia e com frequência, competem entre si por recursos e recompensas similares – financiamentos, premiações, espaço editorial, posições profissionais, etc., como Davyt e Velho (2000) descrevem.

Os revisores seguem critérios para que os textos submetidos sejam publicados, rejeitados e, se for o caso, revistos antes de editados. Nassi-Calò (2015), em “Avaliação por pares: ruim com ela, pior sem ela”, ressalta que são observados critérios quanto à competência, à significância e à originalidade do material em análise, ratificando, portanto, o pensamento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), que, em diferentes momentos, anos 2010 e 2020, aponta a revisão como fundamental para assegurar a qualidade e a credibilidade dos periódicos e, então, relevância da literatura científica das diferentes áreas de conhecimento. Ou seja, a importância de filtrar os textos publicados está no controle, na credibilidade e na qualificação dos documentos analisados, o que posiciona o *referee* / revisor / parecerista como marco de equilíbrio no processo da comunicação científica (Alexander *et al.*, 2020; Klebel *et al.*, 2020; Meadows, 1999).

Dizendo de outra forma, o sistema de avaliação científica por pares (*peer review*) envolve diferentes atores, a exemplo de autores e revisores, sob a liderança dos editores. Aos revisores compete, em prazo preestabelecido pelos editores, dar um *feedback*, por meio de parecer de aceitação ou rejeição ou com sugestões de alteração. Este ciclo pode se repetir em *rounds* de uma só vez ou de dois ou três turnos, o que pode tornar a editoração um procedimento demorado e extenuante.

Dentre as categorias de avaliação científica por pares, destaque para a Avaliação Aberta (AA ou Avaliação Aberta pelos pares ou *open peer review*), que consiste, em meio à Ciência Aberta (CA), na identificação tanto de autores quanto de pareceristas, podendo ocorrer a publicação dos pareceres e até mesmo a participação do público, o qual pode emitir comentários e opiniões. Eis autêntica interação e verdadeiro diálogo entre autores e pareceristas como elemento de qualidade dos periódicos, em que pesem as controvérsias acerca da AA, como diferentes estudiosos da comunicação científica alardeiam, tais como Alexander *et al.* (2020), Klebel *et al.* (2020) e Spinak (2018).

Há mais de uma centena de definições referentes à AA, o que *per se* demonstra a premência de se buscar o consenso para o estabelecimento de padrões mais consolidados e menos discutíveis. É preciso conscientização por parte dos componentes do Corpo Editorial dos periódicos científicos de que falar de Ciência Aberta não significa garantir que tudo está disponível para todos e em quaisquer circunstâncias. Há questões éticas, legais e mesmo de

segurança nacional – que impedem a abertura total de tudo – como Medeiros e Sobral (2025) enfatizam: “Abertura não significa que tudo é aberto, mas o fechamento total pode ser nocivo ao avanço do conhecimento”. Dizendo de outra forma, o fato de haver catalogação e organização dos conteúdos científicos por si já comporta a consulta, por parte de pessoas interessadas em tais conteúdos, a autores e/ou editores responsáveis para detalhamento e informações complementares.

Ainda em relação à CA, corroborando os autores supracitados, a Fundação Oswaldo Cruz reforça a Ciência Aberta como conceito fundamentado em diferentes pilares. Inclui múltiplas facetas, de tal forma que sua representação se assemelha a de um amplo guarda-chuva.

Figura 1 – Concepção de Ciência Aberta da Fundação Oswaldo Cruz



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz (2025).

Eis as dimensões subjacentes à Ciência Aberta, como detalhado pela Fiocruz (2025):

1. **cadernos abertos de laboratório** – divulgação e compartilhamento dos estudos em andamento, com livre acesso aos dados em geral sobre sua execução, o que favorece a colaboração entre pesquisadores.
2. **dados abertos** – livre acesso às informações disponibilizadas por diferentes instituições.
3. **open peer review** – avaliação de trabalhos em que a identificação de autores e de pareceristas é conhecida, com a possibilidade de publicação de pareceres e de participação do público.
4. **acesso aberto** – disponibilização na internet, com suas potencialidades, de literatura de caráter acadêmico ou científico.
5. **código-aberto** – criado, em 1998, pela *Open Source Initiative*, organização sem fins lucrativos que promove o *software* de código aberto e, também, estabelece os critérios para que uma licença seja considerada de código aberto. A OSi opera como referência global para a comunidade de código aberto, primando por um conjunto de princípios que devem circundar as informações: segurança, acessibilidade, transparência, perpetuidade, interoperabilidade, flexibilidade e localização.

6. **redes sociais científicas** – tipos específicos de redes sociais que representam as interações sociais oriundas dos meios acadêmico e científico.
7. **ciência cidadã** – envolvimento do público não acadêmico / não científico no universo da pesquisa científica.
8. **recursos educacionais abertos** – recursos para uso irrestrito ao longo do processo de ensino-aprendizagem disponíveis abertamente – mapas curriculares, materiais de cursos, livros didáticos, vídeos, aplicativos multimídia, *podcasts*, etc.

Para Milton Shintaku *et al.* (2020), no Brasil, frente à Ciência Aberta e à AA, há outro agravante, relacionado à literatura ainda restrita sobre essa modalidade: “numa busca simples por expressão, como ‘Avaliação Aberta de artigos’, ‘Avaliação Aberta pelos pares’ ou ‘open peer review’, no máximo, encontram-se 114 documentos”. Dentre estes, muitos não dissertam com profundidade sobre a temática e se limitam à menção simples e rasa do assunto. As demais categorias prezam pelo anonimato de pareceristas e autores, como Silva (2016) e Silva (2018) explicitam:

1. **Revisão simples-cego (*single-blind review*)** – os revisores conhecem os autores, mas estes desconhecem os revisores, que podem fazer eventuais considerações depreciativas, sem possibilidade de réplicas por parte do autor.
2. **Revisão duplo-cego (*double blind review*)** – a identidade de autores e *referees* é totalmente desconhecida, de modo que a chance de pareceres mais fidedignos é maior.
3. **Revisão triplo-cego** – a identidade do mediador da revisão não é conhecida pelo Corpo Editorial (autor, editor e avaliador) e, então, a credibilidade dos originais é fortalecida pelo entendimento de que o desconhecimento do autor não vai influenciar na decisão do parecerista.

O resultado dos pareceres permite a disseminação de artigos pertinentes ao avanço da C&T. Diante do grande número de publicações acadêmicas e científicas que emergem dia a dia, graças à expansão das inovações tecnológicas (ênfase para a internet), no âmbito das IES e dos institutos de pesquisa, registra-se a necessidade de coletar o número de periódicos por eles mantidos ou produzidos, em diferentes áreas e com total segurança, nos denominados portais. É assim que entram em cena os citados PPE, em sua condição de fonte terciária, os quais permitem remeter o usuário às fontes de informação, priorizando títulos científicos em suporte *on-line*.

Quer dizer, os periódicos eletrônicos são inseridos numa plataforma digital que oferece acesso a um cardápio variado de diferentes temáticas científicas e acadêmicas através da internet e de suas tecnologias associadas, como Harrison e Stephen (1995) arrematam, haja vista que reunir uma grande quantidade de informações científicas no mesmo lugar é uma medida facilitadora de busca, acesso e leitura do material disponibilizado. Aqui, vale a pena reforçar a concepção dos periódicos científicos eletrônicos, unidade dos PPE, como

[...] publicação que pretende ser continuada indefinidamente, que apresente procedimentos de controle de qualidade dos trabalhos publicados aceitos

internacionalmente, e que disponibilize o texto completo do artigo através de acesso *on-line*, podendo ter ou não uma versão impressa ou em outro tipo de suporte (Oliveira, 2008, p. 71).

Prosseguindo, reitera-se que os PPE dão margem a acesso praticamente ilimitado às pesquisas empreendidas e divulgadas *on-line* mundo afora. Afinal, o Portal de Periódicos Eletrônicos constitui, na sociedade contemporânea, um dos maiores acervos para assegurar o progresso científico e tecnológico das nações e é, atualmente, “[...] o principal mecanismo para o apoio bibliográfico às atividades de CT&I [Ciência, Tecnologia e Inovação], no Brasil, o que garante base consistente para os excepcionais avanços recentes da ciência brasileira”, tomando-se como referência as palavras de Almeida, Guimarães e Alves (2010, p. 220).

Inserida neste contexto, a UFMA dispõe do já mencionado PPE / UFMA para a indexação dos artigos científicos produzidos por seus corpos docente e discente, e, ainda, de pesquisadores de outras IES que publicarem nas revistas indexadas. Trata-se de medida que favorece a disseminação dos títulos editados e, ainda, a maior visibilidade dos pesquisadores, dentro e fora da Instituição. Criado em 2010, foi ele instituído, oficialmente, em 2019, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão colegiado com a função de deliberar sobre questões alusivas ao ensino, à pesquisa e à extensão. A Resolução n. 1890 “[...] estabelece normas para inclusão e permanência de periódicos no Portal, com a finalidade de reunir e disponibilizar, em um único ambiente institucional digital de acesso aberto, os periódicos científicos produzidos no âmbito da Universidade” (Luzo; Pecegueiro, 2022, p. 8).

Desde seu início, o PPE / UFMA está sob a coordenação da Diretoria Integrada de Bibliotecas (DIB), responsável pelo acesso e pela distribuição dos periódicos disponibilizados na plataforma. Ao receber candidaturas de periódicos para indexação, o Portal operacionaliza o processo de avaliação acerca do título proposto, de forma transparente, o que permite a cada proponente acompanhar o andamento da análise pelo *software* / sistema *Open Journal System* (OJS), segundo esclarece a fonte Universidade Federal do Maranhão (ca2023).

Ao longo do tempo, o Portal passou por várias mudanças, incluindo a adição de novos periódicos e a melhoria em sua interface de usuário e recursos de pesquisa através do *software* OJS versão 3.2.1.4. É este *software* o recurso adotado para a gestão integral do procedimento editorial de publicações periódicas, indo desde a submissão dos artigos aos títulos científicos até a criação de novos periódicos, afora as demais tarefas de gestão, tanto dos portais quanto dos periódicos eletrônicos, segundo Brito *et al.* (2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução das proposições enunciadas, recorre-se à pesquisa descritiva, mediante o emprego de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Isto é, tem-se como objetivo primordial descrever o perfil do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA e sua forma de operacionalização frente à avaliação dos artigos e títulos científicos que compõem os periódicos. A pesquisa bibliográfica busca fundamentar a temática estudada – avaliação científica por pares e portais de Periódicos Eletrônicos – por meio de consulta a fontes disponíveis, independentemente de seu traço característico e do suporte utilizado. A pesquisa documental, por seu turno, ocorre via exploração de fontes documentais e análise de informações disponíveis acerca do PPE / UFMA.

O *corpus* de análise incorpora 29 títulos de periódicos do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA (<https://portais.ufma.br/PortalUnidade/dib/paginas/noticias/noticia.jsf?id=56087>), ano de 2023, com seus respectivos editores. A coleta de dados se dá entre janeiro e maio de 2023. De início, com a análise do Portal de Periódicos da UFMA, em termos gerais, assim como dos títulos de periódicos que o compõem, indexados e organizados por ordem alfabética, o que favorece a coleta de informações atualizadas sobre cada um, a saber: título; área de conhecimento; data de início; classificação Qualis; políticas e diretrizes para submissão de artigos; idiomas aceitos; e forma de avaliação.

Posteriormente, com a aplicação de questionário misto (perguntas abertas e fechadas), enviado aos editores, por meio da plataforma *Google forms*, que integra um pacote de ferramentas do mecanismo de busca do Google, fornecido de forma gratuita e através do *e-mail* obtido no *link* de cada um dos títulos do Portal. Tem-se, portanto, uma análise quali-quantitativa, uma vez que, ao lado da coleta de dados quantitativos, segue discussão acerca de eventuais falas dos editores.

Dispostos em planilha Excel, além da data e hora e da coleta, do título de cada periódico e do respectivo *e-mail* para contato, os dados aludem aos seguintes elementos obtidos junto aos editores: (1) faixa etária do editor-respondente; (2) formação profissional prevalecente; (3) tempo de serviço junto à UFMA; (4) vinculação profissional (Departamento / Curso); (5) tempo de exercício como editor do periódico; (6) entendimento / emissão de conceito sobre a Ciência Aberta; (7) classificação por ordem de importância de um a oito (um = menos importante; oito = mais importante) das dimensões da Ciência Aberta (Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2025); (8) sinalização do tipo de avaliação do periódico (no caso do título manter mais de uma modalidade, o respondente poderia assinalar mais de uma resposta): (a) revisão simples-cego (*single-blind review*); (b) revisão duplo-cego (*double blind review*); (c) revisão triplo-cego; (d) Avaliação Aberta (*open peer review*); (9) disposição / interesse em trabalhar com a modalidade de Avaliação Aberta e a respectiva justificativa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As análises dos resultados foram realizadas em duas fases.

- **1ª Fase**

Em relação aos objetivos – descrever o Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA e mapear os periódicos – os resultados emanam, sobretudo, da análise do Portal, embora alguns itens sejam complementados graças a posicionamentos dos editores. De início, como antes dito, foi possível registrar 29 títulos de periódicos então indexados, ano 2023, com o adendo de que o Portal direciona *links* para <https://periodicoseletronicos.ufma.br>. Este, por sua vez, mantém *links* para o(a): *site* oficial da UFMA; *site* oficial do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi / UFMA); Resolução n. 1890 / CONSEP; e para tutoriais OJS3, ou seja, OJS versão 3.2.1.4. Os títulos estudados são aqui citados (Quadro 1), com o adendo de que seus endereços eletrônicos estão no Portal.

Quadro 1 – Títulos do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA

Nº	Periódico
1	Afluentes: Revista de Letras e Linguística
2	Barricadas: Revista de Filosofia e Interdisciplinaridade
3	Boletim do Laboratório de Hidrobiologia
4	Cadernos de Pesquisa
5	Cadernos Zygmunt Bauman
6	Cambiassu: Estudos em Comunicação
7	Ensino & Multidisciplinaridade
8	Infinitum: Revista Multidisciplinar
9	InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade
10	Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros
11	Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários
12	Revista Bibliomar
13	Revista Brasileira de História das Religiões
14	Revista Brasileira do Caribe
15	Revista de Ciências da Saúde
16	Revista de Pesquisa em Saúde
17	Revista de Políticas Públicas
18	Revista Educação e Emancipação
19	Revista Humanidades & Educação
20	Revista Húmus
21	Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade
22	Revista Pós-Ciências Sociais
23	Revista Trópica: Ciências Agrárias e Biológicas
24	Revista Turismo & Cidades
25	Terra de Pretos
26	Journal of Geospatial Modelling
27	Fenomenologia e Psicologia
28	Revista do Curso de Direito
29	Revista Publius

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto aos campos de conhecimento, os títulos transitam pelas grandes áreas reconhecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2025), órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para o incentivo à pesquisa científica em território nacional e que são pertinentes a cursos de graduação e pós-graduação mantidos pela UFMA. São elas: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; e Linguística, Letras e Artes. Nesta pesquisa, os periódicos abrangendo até duas áreas, receberam duas classificações, enquanto com mais de três, foram classificadas como interdisciplinar.

Dentre os títulos do PPE / UFMA, prevalecem as grandes áreas Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, respectivamente, com 10 (32,26%) e sete (22,59%) pontos de incidência, face à facilidade maior de publicações nesses dois campos de conhecimento e, também, ao fato de os cursos de graduação e da pós-graduação da UFMA, em sua fase histórica inicial, priorizarem as duas áreas. Em contraposição, Ciências Biológicas e Engenharias não aparecem no *corpus* da pesquisa, enquanto as Ciências da Saúde e Linguística, Letras e Artes estão presentes com dois títulos, ou seja, 6,45%, cada (Tabela 1).

Tabela 1 – Áreas de conhecimento dos títulos de periódicos do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA

Grandes áreas de conhecimento (CNPq)	Nº	%
Ciências Exatas e da Terra	3	9,68
Ciências Biológicas	-	-
Engenharias	-	-
Ciências da Saúde	2	6,45
Ciências Agrárias	1	3,22
Ciências Sociais Aplicadas	7	22,59
Ciências Humanas	10	32,26
Linguística, Letras e Artes	2	6,45
Títulos interdisciplinares	6	19,35
Total	31	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto à vida (data de início) dos periódicos, é preocupante perceber que, dentre os 29 títulos, no PPE / UFMA, consta a data de início tão somente em cinco (17,24%): Afluente: Revista de Letras e Linguística (2015); Barricadas: Revista de Filosofia e Interdisciplinaridade (2020); Cadernos de Pesquisa (1985); Cadernos Zygmunt Bauman (2011); e Revista de Políticas Públicas, de 1995. A inquietação provém do aparente desconhecimento dos editores em relação ao caminho trilhado pelo título sob sua liderança, contrariando autores, como o clássico Meadows (1999); Oliveira (2008) e Silva (2018). Para esses teóricos, a longevidade dos títulos e sua divulgação constituem ponto positivo para assegurar credibilidade e maior demanda por parte dos autores, não obstante a iniciativa inédita da Capes (2025a, 2025b), como ver-se-á a seguir, ao optar em priorizar os artigos de periódicos em vez dos títulos no ciclo de 2025 a 2028. No caso do Portal / UFMA, são títulos relativamente recentes, principalmente, o mais “jovem”, Barricadas: Revista de Filosofia e Interdisciplinaridade. Em oposição, os que mantêm maior tempo de existência são os Cadernos de Pesquisa, com cerca de 40 anos e a Revista de Políticas Públicas, cujo número um foi lançado em 1995.

Outro ponto observado na primeira etapa da coleta diz respeito à Classificação Qualis dos periódicos. Esta configura-se como sistema de classificação utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2025a, 2025b) para avaliar a produção intelectual dos programas brasileiros de pós-graduação no Brasil, impondo-se como o indicador de maior impacto no que se refere à pós-graduação. Sua função é estratificar a qualidade dos periódicos científicos, atribuindo a cada um deles uma “nota” – A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C: A1 é o conceito mais elevado e C, o mais baixo.

No caso do PPE / UFMA, à época da coleta, havia nove periódicos Qualis A distribuídos em A1 (um); A2 (dois); A3 (quatro); e A4 (dois); e nove Qualis B: B1 (um); B2 (cinco); B4 (três). Vê-se que o total de periódicos com Qualis A e B é de 18, que corresponde a 62,07%. No entanto, o índice de 37,92%, que corresponde a 11 títulos sem Qualis ou com menção C é significativo e preocupante, face à apregoada relevância da Capes na pós-graduação brasileira. No entanto, ao tempo em que a Resolução n. 1890 / CONSEPE / UFMA não institui a Classificação Qualis como critério de inclusão e permanência do periódico no Portal, percebeu-se, durante a entrevista com os editores, nítido movimento para qualificar os títulos das publicações, tornando-os mais atrativos. É válido reforçar o fato de que, dentre as mudanças que afetam a avaliação dos periódicos está a anunciada adoção por parte da Capes de não mais classificar os títulos como até então feito, à época da coleta, mas, sim, levar em conta a avaliação de cada artigo, isoladamente, e não mais do periódico em pauta,

quando da avaliação quadrienal. A mudança será validada no ciclo 2025 a 2028 face à adoção de três procedimentos para classificação dos artigos:

Primeiro – a classificação se dará pelos indicadores bibliométricos dos veículos de publicação, baseada no desempenho [do periódico] [...], como é feito atualmente pelo Qualis Periódicos, mas a classificação vai recair sobre artigos.

Segundo – os indicadores serão extraídos diretamente do artigo, através, por exemplo, do índice de citações alcançadas para a análise quantitativa e dos critérios de indexação e acesso aberto, dentre outros, para averiguar aspectos qualitativos.

Terceiro – a análise qualitativa de artigos é baseada em fatores e metodologias definidos pela área de avaliação que podem abarcar, por exemplo, uma análise de pertinência do tema abordado, avanço conceitual proveniente do trabalho e a contribuição científica do estudo (Capes, 2025a).

Em se tratando das políticas e diretrizes para submissão de artigos, direcionadas aos proponentes de artigos a serem avaliados, todos os títulos integrantes do *corpus* do estudo as apresentam. No entanto, há variedade significativa, como a Anpad (2020) aponta, no texto intitulado “Recomendações para editores de revistas do Portal de Periódicos da UnB [Universidade de Brasília]”. Considerando a realidade da UnB, aplicável às demais IES, há a indicação de inclusão dos seguintes itens obrigatórios: (1) *International Standard Serial Number* (ISSN); (2) dados do editor; (3) contato (informações as mais precisas possíveis), com ênfase para o *e-mail* do editor, com domínio da instituição; (4) identificação da Casa Editora responsável; (5) cronograma de publicação, pois a periodicidade é um dos requisitos básicos de avaliação da Capes e de demais órgãos e interessados; (6) licença de direitos autorais; (7) idiomas de submissão; (8) resumos e palavras-chave bilíngues ou trilingues (português e inglês ou espanhol); (9) títulos em mais de um idioma também são bem-vindos, uma vez que ampliam a visibilidade dos periódicos.

Quanto aos elementos opcionais, dentre outros, mencionam-se o cadastro dos autores junto ao *Open Researcher and Contributor ID* (ORCID), a indicação das bases de dados onde os títulos estão indexados, preferencialmente, no rodapé, além de nota para que os textos sejam remetidos após rigorosa revisão ortográfica. E mais, há casos em que o arquivo do texto para avaliação é enviado com a identificação da autoria, sendo precedido por uma folha de rosto com as informações: nome completo dos proponentes; nota biográfica (máximo de três linhas, em geral), titulação; forma de citação do nome do (s) autor (es); instituição à qual está (estão) vinculado (s) com o nome completo e a respectiva sigla; *e-mail* do (s) autor (es); endereço para correspondência (com Código de Endereçamento Postal, CEP); telefones (com a respectiva Discagem Direta à Distância, DDD). Ademais, nas normas de submissão dos periódicos, é comum aparecer a recomendação de que a contribuição seja original e inédita e não esteja sendo avaliada para publicação por outro título. Caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".

Na descrição dos idiomas aceitos para publicação, prevalece o português, com 26 (89,65%) indicações. Um dos títulos (Revista do Curso de Direito) omite a informação, enquanto Cadernos de Pesquisa aceita tão somente textos escritos em inglês ou espanhol e o *Journal of Geopastial Modellin*, apenas em inglês. Este idioma aparece como aceito em segundo lugar juntamente com o espanhol, ambos com 18 menções (62,07%), cada, ao tempo em que o alemão é o menos indicado com apenas um ponto.

No caso, os resultados ora discutidos justificam-se, em primeiro lugar, por ser o português a língua original dos periódicos, ao tempo em que o inglês é o idioma oficial da C&T / C&TI, confirmando Canagarajah (2005, p. 31), para quem “[...] a língua inglesa é a mais utilizada, hoje, em contextos multilíngues, onde a interação acontece principalmente entre falantes não nativos em sua terra natal [...]” Por outro lado, o espanhol, no Brasil contemporâneo, vem ganhando significativa ascensão graças à expansão do Mercado Comum do Sul, bloco econômico regional, instituído desde 1991, cuja língua predominante é o espanhol. O Mercosul integra Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, afora os países associados, como Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname, com a ressalva de que a Bolívia está em processo de adesão como membro pleno e a Venezuela, suspensa.

No rol da avaliação dos periódicos do PPE / UFMA, dentre as modalidades citadas em momento anterior, a *double blind review* ocupa o primeiro posto (27 = 93,10%) com quase a totalidade de adesão. Já predominantemente encontrada nos “[...] periódicos de Ciências Médicas, da Saúde, Biológicas e Exatas, [esta] arbitragem [...] ganha espaço nas Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais Aplicadas, ancorando-se na recíproca anonimização dos predcados que os caracterizem [...]” (Silva, 2018, p. 57). Somente um dos títulos declara utilizar a *single-blind review* e um outro se propõe a adotar Avaliação Aberta.

- **2ª Fase**

No que se refere ao objetivo operacional – caracterizar os editores no que tange a seu perfil e a seu entendimento sobre AA e, também, a seu interesse em adotar o modelo de AA – dentre os respondentes (para preservar sua identidade, estão numerados por ordem de devolução do questionário, com data e hora assinalados), o total de nove (27,59%) enviaram resposta ao instrumento de coleta. Tal percentual não invalida os resultados da pesquisa, uma vez que autores, como Barbetta (2012) e Marconi e Lakatos (2011) insistem na premissa de que inexistente um número-padrão de tamanho da amostra, desde que os pesquisadores recorram a rigorosos procedimentos metodológicos de acordo com os objetivos. Se, mesmo assim, a omissão ocorre, trata-se de reflexo da realidade.

Quanto à faixa etária dos nove pesquisados, prevalecem os nascidos entre 41 e 50 anos (cinco ou 55,56%). Trata-se da geração X, que nomeia os sujeitos nascidos entre os meados da década de 60 e início dos anos 80, geralmente, entre 1965 e 1980. Tal geração é conhecida por ter crescido num período de transição, em meio à ascensão do capitalismo, ao *boom* das inovações tecnológicas e à transmutação do mundo analógico para a realidade digital. Para Zomer, Santos e Costa (2018, p. 203), são “[...] indivíduos que entram na fase intermediária do ciclo de vida, considerada uma fase de conquista e poder”, o que parece justificar a disponibilidade em assumirem cargos gerenciais e de tomada de decisão, sem contar o fato de que a função de editor no contexto universitário não é sinônimo de recompensas financeiras (Tabela 2).

A formação profissional dos depoentes aponta visível diversificação, com prevalência das grandes áreas Linguística, Letras e Artes (Letras); e Ciências Humanas (Antropologia e Filosofia), com três incidências ou 33,34%, cada. Seguem, de perto, as Ciências Sociais Aplicadas, com 22,22%. As Ciências Exatas e da Terra aparecem uma só vez e há omissão das Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; e Ciências Agrárias, Tabela 2. São resultados comprobatórios dos números pertinentes à Qualificação Qualis, quando se menciona a prioridade da UFMA, em sua fase histórica, em relação aos dois agrupamentos – Linguística, Letras e Artes; e Ciências Humanas. Como decorrência, a vinculação profissional

dos editores praticamente coincide, no âmbito da UFMA, com os domínios de sua formação, com menção aos Departamentos / Cursos de Curso de Biblioteconomia, Filosofia, Física, Letras e Sociologia (Antropologia), em seus níveis de graduação e/ou pós-graduação.

Tabela 2 – Perfil dos editores dos títulos de periódicos do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA

Faixa etária	N	%
31-40	2	22,22
41-50 anos	5	55,56
51-60	1	11,11
+ de 60	1	11,11
Total	9	100,00
Formação profissional		
	N	%
Antropologia (grande área, CNPq): Ciências Humanas	1	11,11
Biblioteconomia (grande área, CNPq): Ciências Sociais Aplicadas	2	22,22
Filosofia (grande área, CNPq): Ciências Humanas	2	22,22
Física (grande área, CNPq): Ciências Exatas e da Terra	1	11,11
Letras (grande área, CNPq): Linguística, Letras e Artes	3	33,34
Total	9	100,00
Tempo de serviço / UFMA		
	N	%
4 a 10 anos	4	44,45
11 a 20 anos	4	44,45
21 a 30 anos	1	11,11
+ de 30 anos	-	-
Total	9	100,00
Tempo na função de editor		
	N	%
até 5 anos	7	77,78
6 a 10 anos	1	11,11
+ de 10 anos	1	11,11
Total	9	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em se tratando do tempo de serviço junto à UFMA, sete (55,56%) editores têm mais de 11 anos na casa, o que é indício de que esse tempo de vinculação favorece a maturidade necessária para assumir postos relevantes no âmbito da comunicação científica das IES. A função de editor é exercida pela grande maioria (77,78%) no espaço de um a cinco anos, Tabela 2. É um dado positivo, até porque a permanência por tempo indefinido ou muito longo pode levar à acomodação e/ou ao apego excessivo ao cargo, que mesmo não remunerado, na academia, confere reconhecimento e prestígio. Aliás, os periódicos nem indicam a existência de uma política de tempo de permanência na função nem a existência (ou não) de restrições para que não permaneçam por muito tempo à frente dos periódicos.

Quanto à compreensão dos depoentes frente à Ciência Aberta, além da possibilidade de externarem seu conceito sobre a CA, foram eles questionados sobre as dimensões da Ciência Aberta, momento em que puderam agrupar, por ordem de importância de um a oito (um = menos importante; oito = mais importante) as referidas dimensões divulgadas pela Fundação Oswaldo Cruz (2025). Enquanto dois dos pesquisados demonstram conhecimento quase nulo em relação à CA, os demais tendem a priorizar as dimensões – redes sociais científicas e ciência cidadã.

Há crença generalizada de que a CA promove divulgação ampla e de forma democrática do saber científico, permitindo à comunidade acadêmica e à sociedade o acesso

aos resultados das pesquisas empreendidas, idealmente, sem restrições financeiras e geográficas. É, pois, o reconhecimento das inovações tecnológicas e da internet com suas múltiplas potencialidades a favor da prática de uma ciência cidadã, cujo objetivo é democratizar os conhecimentos emergentes, assegurar o letramento científico ao maior número de indivíduos e conectar ciência *versus* sociedade, de forma contínua e sistemática. Índice razoável de depoentes, de uma forma direta ou indireta, a exemplo do editor que concebe a Ciência Aberta como “uma forma mais colaborativa e dinâmica de produzir conhecimento científico, extravasando as paredes dos laboratórios e permitindo maior alcance deste tipo de saber”, pode-se inferir que a

[...] Ciência Aberta engloba diferentes significados, tipos de práticas e iniciativas, bem como envolve distintas perspectivas, pressupostos e implicações. Ai estão incluídas desde a disponibilização gratuita dos resultados da pesquisa (acesso aberto) até a valorização e a participação direta de não cientistas e não especialistas no fazer ciência, tais como ‘leigos’ e ‘amadores’ (ciência cidadã) (Albagli; Clinio; Raychtock, 2014, p. 435).

Na mesma linha de pensamento, um dos editores diz literalmente: a “Avaliação Aberta é um movimento mundial, no qual uma comunidade de pesquisadores está empenhada em investir na produção, no compartilhamento de informações, na disponibilização do conhecimento científico, de forma ampla e acessível”. Entretanto, aqui, emerge um potencial paradoxo. As falas dos respondentes deixam antever sua conscientização tanto quanto à Ciência Aberta e à Avaliação Aberta, mas, na prática cotidiana, 27 (93,10%) dos 29 títulos adotam a *double blind review*, com algumas defesas apaixonadas, como esta fala:

[...] há um obstáculo muito grande entre a comunidade científica que dificulta a modalidade de Avaliação Aberta: é a vaidade científica. Muitas vezes, um simples comentário do avaliador leva o autor a desistir da submissão e se o mesmo for conhecido, às vezes, gera um problema lastimável. Acredito que, em alguns casos, falta maturidade científica em aceitar ou pelo menos saber ouvir os comentários. Às vezes desconhecer a identidade de ambos os sujeitos envolvidos no processo de avaliação permite liberdade e segurança.

Não é recomendável endeuamento da Avaliação Aberta, haja vista que, como Spinak (2018) discute, com propriedade, a AA possui suas desvantagens, como o agravamento de um clima de rivalidade na esfera das IES e dos institutos de pesquisa, mesmo ao se tornar mais transparente e participativa para análise dos artigos científicos. Para Shintaku *et al* (2020), a mudança da *single-blind review* / *double blind review* / revisão triplo-cego para a AA, com a publicação dos pareceres é mais política do que técnica. Decorre mais de vontade política dos que mantêm as rédeas das instituições, dos títulos de periódicos e dos portais, uma vez que, tecnologicamente, não há qualquer entrave para sua operacionalização.

Assim sendo, quando questionados sobre a disposição e o interesse em trabalhar com a modalidade AA em “seus” periódicos, a relutância alcança o alto percentual de 77,78% (= sete) das nove unidades amostrais, não obstante 44,45 (= quatro) admitirem usar a AA adiante. As justificativas repousam no desconhecimento ou na necessidade de maior aprofundamento sobre o tema, como responde um dos editores: “Acho que preciso de mais tempo para me adaptar a essa nova tendência de avaliações das produções científicas”. Há quem afirme: “Sim. Já trabalhei e achei muito interessante. Na área de Letras essa ainda é

uma questão em discussão, mas que precisa de uma mentalidade mais ampla por parte dos pesquisadores de modo geral”.

São respostas que conduzem à premência de discussões mais aprofundadas sobre a Avaliação Aberta, como atestado por Spinak (2018, não paginado), quando chama atenção para uma relativa “falta de conhecimento sobre iniciativas específicas que incentivam avaliações abertas e que valorizam a atividade de avaliação por pares. Apenas uma minoria estava familiarizada com o *Publons* ou iniciativas que promovem modelos de avaliações abertas, repositórios de acesso aberto [ou outras medidas]”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pesem a especificidade inerente a estudos desta natureza, este representa, primordialmente, um parâmetro para pesquisas posteriores de cunho comparativo sobre portais de periódicos eletrônicos de instituições de ensino superior, a exemplo de alguns trabalhos. É o caso da Dissertação de Mestrado em Gestão da Informação de Lúcia da Silveira (2016) acerca dos portais de periódicos das universidades federais brasileiras. Pode-se citar, ainda, o texto de Elenara Chaves Edler de Almeida, Jorge Almeida Guimarães e Isabel Teresa Gama Alves, ano 2010, o qual discute os 10 anos do Portal de Periódicos da Capes, além das Recomendações para editores de revistas do Portal de Periódicos da UnB, editadas pela Anpad, em 2010, mas ainda bem atuais, salvo pequenos ajustes.

Retomando os objetivos apresentados inicialmente, no que respeita à descrição do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA, este pode ser visto como espaço que mantém interface de fácil usabilidade com *links* úteis, apresentação objetiva, contatos, além da listagem de 29 periódicos, ano 2023, em ordem alfabética de título (A a Z, Quadro 1). Os periódicos estão devidamente mapeados (vide item 4) quanto aos seguintes elementos: título; campo de conhecimento; ano de criação do periódico; Qualis; políticas e diretrizes para submissão de artigos; idiomas; e forma de avaliação. Como pontos positivos, estão: (1) harmonia entre as áreas dos títulos e a pós-graduação da UFMA, até porque eles existem, explicitamente ou implicitamente, em função dos estímulos ou das exigências de órgãos nacionais, com destaque para a Capes e o próprio CNPq com vistas à qualidade da pós-graduação brasileira; (2) a diversificação de idiomas, com destaque não só para o português (89,65%), mas também para o inglês e espanhol, que empatam com 18 menções (62,07%).

Dentre os pontos negativos, chamam atenção: (1) falta de Classificação Capes ou conceito C para 37,92% dos 29 títulos estudados; (2) aparente descaso em divulgar a criação dos títulos, salvo algumas exceções antes mencionadas e, com isto, não acompanhar a vida do periódico, o que contraria as inquietações de teóricos da comunicação científica, tais como David Alexander e outros (2020). Esses autores alertam para as sérias transformações que vêm afetando, no universo anglófono, as publicações acadêmicas, incluindo a vida dos periódicos. São mudanças que sinalizam para o(a): aumento implacável do número de artigos submetidos; expansão e os perigos dos chamados “periódicos predatórios” (títulos acadêmicos que exploram a necessidade de pesquisadores publicarem seus trabalhos, e, então, cobram valores elevados, sem manter nem avaliação por pares nem padrões mínimos de qualidade exigidos de publicações científicas legítimas); diferentes padrões de revisão por pares; citações e métricas bibliográficas; incremento das redes sociais acadêmicas; maior complexidade alusiva aos direitos autorais; questões de distribuição; acesso aberto *versus* paywalls. Ao pé da letra, *paywall* significa “muros de pagamento”. Figura como sistema que

limita o acesso ao conteúdo *on-line*, exigindo assinatura paga ou pagamento único para permitir o acesso a artigos, vídeos, etc.

Quando da investigação dos padrões de avaliação por pares seguidos pelos periódicos do PPE / UFMA, infere-se que, em quase sua totalidade (27 = 93,10%), os títulos indexados optam pela *double blind review*, ainda muito aceito no âmbito acadêmico e científico. O contato com os editores conduz à premissa de que, dentre os nove respondentes, a grande maioria (88,89%), além de reiterar a função social da Ciência Aberta, conhece a AA como modalidade de avaliação. No entanto, ao mesmo tempo, a predisposição em adotá-la parece distante (2,22%), o que requer discussão e medidas efetivas de incentivo por parte dos envolvidos com o Portal e dos que integram a Administração Superior das Universidades. Quanto ao perfil dos pesquisados, este sinaliza uma amostra predominantemente alinhada com a geração X (41 a 50 anos, 55,56%), atuando, sobretudo, no campo da Linguística, Letras e Artes e das Ciências Humanas (33,34%, cada grande grupo), com média prevaiente de 11 anos (55,56%) de atuação junto à UFMA, acumulando o mínimo de cinco anos na função, 77,78%. É, pois, evidente que o Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA já marca presença na esfera da comunidade acadêmica graças à divulgação de forma aberta e sem custos dos periódicos nele indexados. No contexto das tecnologias de informação e de comunicação, a democratização do conhecimento tende a ser ampliada e conquistar mais adeptos.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S. Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/93946>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ALEXANDER, D. *et al.* Academic publishing in disaster risk reduction: past, present, and future. **Disasters**, 2020. Disponível em: <https://on-linelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/disa.12432>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ALMEIDA, E. C. E. de; GUIMARÃES, J. A.; ALVES, I. T. G. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 7, n. 13, p. 218-246, nov. 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (Anpad). **Boas práticas da publicação científica**: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Revista_Administracao/Boas_Praticas.pdf. Acesso em: 16 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (Anpad). **Recomendações para editores de revistas do Portal de Periódicos da UnB**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://bce.unb.br/wp-content/uploads/2020/01/Recomendacoes-para-editores-de-revistas-do-Portal-de-periodicos-da-UnB.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 2012. 320 p.

BRITO, Ronnie Fagundes de *et al.* **Guia do usuário do OJS 3**. Brasília: Ibict, 2018. 144p. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52879/1/2018_liv_rfbrito.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

CANAGARAJAH, A. S. **Reclaiming the local in language policy and practice**. Abingdon: Routledge, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Tabela de classificação**. 2025. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/345/2024/02/AREAS-CONHECIMENTO-CNPQ-TABELA.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). **Capes adotará classificação de artigos na avaliação quadrienal**. 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrienal>. Acesso em: 12 jun. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). **Capes publica metodologia do Qualis**. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-publica-metodologia-do-qualis>. Acesso em: 12 jun. 2025.

DAVYT, A.; VELHO, L. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 93-116, mar. / jun. 2000.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). **Ciência Aberta**. 2025. Disponível em: <https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/ciencia-aberta/serie1/curso1/aula1.html>. Acesso em: 12 jun. 2025.

HARRISON, T. M.; STEPHEN, T. D. The electronic journal as the heart of an on-line scholarly community. **Library Trends**, Illinois, v. 48, n. 4, p. 592-608, Spring 1995.

KLEBEL, T. *et al.* Peer review and preprint policies are unclear at most major journals. **Scientific Communication and Education**, 2020. Disponível em: <http://biorxiv.org/lookup/doi/10.1101/2020.01.24.918995>. Acesso em: 3 jun. 2025.

LUZO, I. C.; PECEGUEIRO, C. M. P. A. Portais de periódicos científicos das universidades públicas maranhenses: boas práticas e convergências com a agenda 2030. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022. **Anais...** [s. l.]: FEBAB, 2022, p. 1-16. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2611>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, C. B.; SOBRAL, F. A. da F. Ciência Aberta: criação, disseminação e democratização do conhecimento. **Ciência & Cultura**, São Paulo, 2025. Disponível em: https://revistacienciaecultura.org.br/?p=7915&utm_smid=11647156-1-1. Acesso em: 11 abr. 2025.

NASSI-CALÒ, L. Avaliação por pares: ruim com ela, pior sem ela. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170288>. Acesso em: 26 jan. 2025.

OLIVEIRA, É. B. P. M. Periódicos científicos eletrônicos: definições e histórico. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, 2008. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/10/pdf_1cf951b1b9_0012349.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

SHINTAKU, M. *et al.* Avaliação Aberta pelos pares no âmbito da Ciência Aberta: revisão e reflexão. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 34, n. 1, p. 161-175, jan. / jun. 2020.

SILVA, K. L. N. da. **A visão dos editores do portal de periódicos da Universidade Federal da Paraíba sobre a open peer review**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SILVA, S. F. R. da. **Revisão por pares e tecnologias eletrônicas: perspectivas paradigmáticas nos procedimentos da comunicação científica**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVEIRA, L. da. **Portais de periódicos das Universidades Federais Brasileiras: documentos de gestão**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SPINAK, E. Sobre as vinte e duas definições de Avaliação Aberta... e mais. **Blog Scielo em Perspectiva**, fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>. Acesso em: 29 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Portal de periódicos UFMA**. São Luís: UFMA, 2023. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/index/about>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ZOMER, L. B.; SANTOS, A. R.; COSTA, K. C. O. O perfil de alunos do curso de administração: um estudo com base nas gerações X, Y e Z. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 198-221, maio 2018.